



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 4ª Região



Colégio
M0001

Sala
0001

Ordem
0001

Julho/2025

Concurso Público para Provedimento de Cargos de Analista Judiciário – Área Judiciária Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal

Nome do Candidato _____
Caderno de Prova '02', Tipo 005

Nº de Inscrição _____
MODELO

Nº do Caderno _____
TIPO-005

Nº do Documento _____
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Michel Foucault, filósofo francês, dedicou-se à reflexão entre poder e conhecimento.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo.

Nosso cérebro e os sistemas digitais

O cérebro humano não opera como um computador digital, mas isso não impede que esses nossos computadores orgânicos sejam programados por sinais externos. Muito pelo contrário! É preciso considerar os graves riscos que a humanidade enfrentará nos próximos anos, em decorrência da nossa interação e da nossa dependência cada vez maior em relação aos sistemas digitais, estabelecendo uma verdadeira simbiose que pode afetar profundamente o cérebro, por meio do fenômeno da plasticidade neural.

Basicamente, a convivência contínua com computadores pode afetar a forma como o cérebro funciona e, no limite, nos transformar em meros zumbis orgânicos. De acordo com a minha estimativa, essa transformação pode ocorrer muito mais depressa do que imaginamos. Esse cenário se manifestará quão mais rapidamente o nosso cérebro for ludibriado, convencendo-se de que recompensas maiores seriam auferidas se ele cessasse de expressar os atributos mais celebrados e únicos da condição humana.

Que atributos seriam esses? Eles incluem a imensa criatividade e a intuição, a inteligência bem como a compaixão, a empatia pelo próximo e a busca de um fim benéfico comum. Em troca, o cérebro optaria pela produção de comportamentos mais eficientes e produtivos, seguindo as rígidas normas impostas pela modernidade, que nos condenariam a uma existência primordialmente virtual onde – de acordo com a falsa utopia dominante dos nossos tempos – poderíamos nos defender melhor das frustrações e das dores cotidianas advindas do mundo real.

Na verdade, esse seria o caminho mais rápido para nos transformarmos em simples autômatos controlados por um sistema ditatorial e por um tipo de economia divorciada da promoção do bem-estar geral.

(Adaptado de: NICOLELIS, Miguel. **O verdadeiro criador de tudo**. São Paulo: Planeta, 2020, p. 21)

1. Estão indicadas uma **causa** e sua **consequência**, nesta ordem, na relação entre os seguintes segmentos:
 - (A) *busca de um fim benéfico comum // rígidas normas impostas* (3º parágrafo).
 - (B) *Eles incluem a imensa criatividade // falsa utopia dominante* (3º parágrafo).
 - (C) *nossos computadores orgânicos // programados por sinais externos* (1º parágrafo).
 - (D) *fenômeno da plasticidade neural // uma verdadeira simbiose* (1º parágrafo).
 - (E) *recompensas maiores // convivência contínua com computadores* (2º parágrafo).

2. As normas de concordância verbal encontram-se bem observadas na frase:
 - (A) Não se constituem na mecânica de uma programação eletrônica os valores em que se faz reconhecer a nossa humanidade.
 - (B) Deixam de figurar nos anseios da nossa civilização a produção de utopias que removessem as nossas frustrações.
 - (C) Podem submeter-se aos sinais externos dos computadores o que consideramos nossos principais atributos.
 - (D) Acabarão por provocar graves riscos aos nossos princípios humanos a simbiose que estabelecemos com os computadores.
 - (E) São de se imaginar que recompensas maiores seriam auferidas por conta da nossa interação com os meios digitais.

3. Considerando os riscos que a humanidade enfrentará nos próximos anos da nossa era digital, o autor lembra que
 - (A) a alta capacidade dos computadores deverá operar muito melhor que nós os atributos da intuição, da compaixão e da empatia pelo próximo.
 - (B) a dinâmica a ser estabelecida entre nós e os meios cibernéticos acabará por estender à inteligência artificial os limites da inteligência que nos é própria.
 - (C) a interação entre o homem e as máquinas pode resultar na intensificação das violências que os homens já cometem contra os próprios homens.
 - (D) o aperfeiçoamento dos sistemas eletrônicos fará com que o homem passe a submeter a um controle mecânico o planejamento de suas políticas públicas.
 - (E) a relação entre o homem e os computadores pode ter como consequência o primado dos valores virtuais em relação aos nossos atributos reais.



4. É regular o emprego do elemento sublinhado na seguinte construção:
- (A) Uma vez que deixemos de cultivar os valores porque deveríamos nos orgulhar, não seremos mais que simples autômatos.
 - (B) As virtudes humanas, a que deveríamos dedicar toda a nossa atenção, vêm sendo confrontadas com os vícios digitais.
 - (C) Ao contrário do que se imagina, teme-se de que nossos computadores orgânicos sejam afetados pelos eletrônicos.
 - (D) Da interação com os computadores, de cuja somos os responsáveis, podem resultar vários prejuízos.
 - (E) Os benefícios em que resultam do emprego sensato do nosso cérebro podem ser comprometidos pelo sistema digital.
-
5. A supressão da vírgula implicará alteração de sentido na frase:
- (A) À medida que passamos a confiar nos cérebros eletrônicos, passamos a subestimar os nossos.
 - (B) A se julgar pelo que se diz dos avanços digitais, os computadores logo estarão no centro de todas as decisões.
 - (C) Não se pode cultivar as atividades digitais, que se apresentam na contramão dos interesses humanos.
 - (D) Valorizem-se os avanços da ciência, justamente por serem inegáveis avanços humanos.
 - (E) De acordo com o juízo de muitos, os meios digitais colaboram para a evolução da humanidade.
-

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto abaixo.

[Autobiografia de um historiador]

Não escrevi esta minha biografia com o espírito de confissão tão vendável hoje em dia, em parte porque a única justificativa para essa viagem em torno do ego é a genialidade – não sou nem um santo Agostinho nem um Rousseau – e em parte porque nenhum autobiógrafo vivo seria capaz de contar sua verdade particular sobre as coisas que envolvem outras pessoas vivas sem ferir injustificavelmente os sentimentos de algumas delas.

Este livro também não é uma apologia da vida do autor. Se o leitor não quiser entender o século XX, deve ler as autobiografias daqueles que se justificam a si mesmos, advogados de sua própria defesa, e as de seu reverso, os pecadores arrependidos.

Estes escritos não são a história do mundo ilustrada pelas experiências de um indivíduo, mas a história do mundo dando forma às experiências de um indivíduo, ou melhor, oferecendo uma gama de escolhas sempre limitadas, com as quais os homens fazem suas vidas, não nas circunstâncias escolhidas por eles, e sim nas circunstâncias diretamente proporcionadas pelo mundo em volta deles.

Busquei juntar meus temas de modo coerente, com alguma racionalização histórica. Outros historiadores poderão interessar-se por esse aspecto mais profissional do meu livro. Espero, entretanto, que os demais o leiam como uma introdução ao extraordinário século XX, como um relato que é também o itinerário de um ser humano cuja vida não poderia ter ocorrido em outro século.

(Adaptado de: HOBBSAWM, Eric. **Tempos interessantes**. Trad. S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 10-12)

6. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *gama de escolhas sempre limitadas* (3º parágrafo) = paleta de opções reduzidas.
 - (B) *com alguma racionalização histórica* (4º parágrafo) = busca da razoabilidade de uma narrativa.
 - (C) *espírito de confissão tão vendável hoje em dia* (1º parágrafo) = intento de culpar a venalidade de nossa época.
 - (D) *sem ferir injustificavelmente os sentimentos* (1º parágrafo) = deixando de poupar as emoções indefensáveis.
 - (E) *e as de seu reverso* (2º parágrafo) = e as autobiografias expurgadas de culpa.
-
7. Os tempos e os modos das formas verbais estão adequadamente articulados na frase:
- (A) Não fosse pelo desejo de narrar um testemunho histórico, ele terá evitado se valer da primeira pessoa em seus relatos.
 - (B) Caso queira fazer justiça à sua carreira de historiador, esse autobiógrafo teria evitado confundir impressões com fatos.
 - (C) O autor não se proporia a escrever uma autobiografia caso seja necessário esquecer a sua condição de historiador.
 - (D) Para que algo do historiador se manifeste em seus escritos, o autor busca juntar seus temas de modo coerente.
 - (E) Um historiador que pretendesse confessar seus sentimentos haverá de se afastar de sua trajetória profissional.
-
8. Contrastando com os vários alertas sobre o que sua autobiografia **não é, não pode ou não deseja ser**, há no texto um reconhecimento afirmativo do autor quanto
- (A) ao enfrentamento das inevitáveis incoerências que um autobiógrafo acaba por imputar aos seus métodos de historiador.
 - (B) à convicção de fornecer aos leigos o prazer de encontrar numa autobiografia uma síntese cabal da história do século XX.
 - (C) aos aspectos mais discretamente confessionais que ele preferiu manter em nome da veracidade dos fatos.
 - (D) à justificativa central de seu propósito de escritor autobiógrafo, escorada no desejo de expiar algumas culpas.
 - (E) à efetiva interação que ele, como indivíduo, manteve entre suas vivências e as circunstâncias do século em que as viveu.
-



9. *Estes escritos não constituem uma história do mundo, embora a levem em conta.*

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, as formas verbais deverão ficar, na ordem dada,

- (A) não têm constituído – deva ser levado
- (B) não seria constituída – fosse levada
- (C) não é constituída – seja levada
- (D) não se constituem – se levasse
- (E) não venham a constituir – seja levado

10. Considere as seguintes afirmações:

- I. Sendo historiador, ele escreveu uma autobiografia.
- II. Sua autobiografia tem interesse histórico.
- III. Sua autobiografia inscreve-se no século XX.

Essas afirmações estão articuladas com correção e coerência neste período único:

- (A) Ainda que seja historiador, foi escrita sua autobiografia de interesse histórico no decorrer do século XX.
- (B) Ele é historiador e acabou escrevendo uma autobiografia com interesse histórico, inscrita no século XX.
- (C) Uma vez sendo historiador, ele escreveu sua autobiografia histórica inscrevendo-se no século XX.
- (D) Não obstante tenha escrito uma autobiografia, o historiador comporta seu interesse no século XX.
- (E) Em razão de ser historiador, esse autobiógrafo soube inscrevê-la com interesse histórico no século XX.

Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência

11. Considere:

- I. Prioridade no atendimento à pessoa com deficiência com maior dificuldade de inserção no campo de trabalho.
- II. Provisão de suportes individualizados que atendam a necessidades específicas da pessoa com deficiência, inclusive a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, de agente facilitador e de apoio no ambiente de trabalho.
- III. Oferta de aconselhamento e de apoio aos empregadores, com vistas à definição de estratégias de inclusão e de superação de barreiras, exceto atitudinais.
- IV. Articulação intersetorial das políticas públicas.

Nos termos da Lei nº 13.146/2015, constitui modo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho a colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. A colocação competitiva da pessoa com deficiência pode ocorrer por meio de trabalho com apoio, observadas determinadas diretrizes. Sobre tais diretrizes, está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) III.
- (C) I e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, II e IV.

12. Os parques públicos, possuidores não só de belas paisagens vegetais, como de equipamentos de lazer e brinquedos, constituem grande atrativo à população. A Lei nº 10.098/2000 exige que uma porcentagem mínima de cada brinquedo e equipamento de lazer existentes em vias públicas, parques e demais espaços de uso público devem ser adaptados e identificados, tanto quanto tecnicamente possível, para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência, inclusive visual, ou com mobilidade reduzida. A porcentagem mínima mencionada e que deve ser observada, portanto, nos parques públicos corresponde a

- (A) 3%.
- (B) 5%.
- (C) 2%.
- (D) 10%.
- (E) 15%.



13. É assegurado à pessoa com deficiência visual acompanhada de cão-guia o direito de ingressar e de permanecer com o animal em todos os meios de transporte e em estabelecimentos abertos ao público, de uso público e privados de uso coletivo, desde que observadas as condições impostas pela Lei nº 11.126/2005. Acerca do tema,
- (A) o direito narrado no enunciado aplica-se a todas as modalidades e jurisdições do serviço de transporte coletivo de passageiros, inclusive em esfera internacional, independentemente de ter ou não origem no território brasileiro, bastando que o deficiente visual tenha nacionalidade brasileira.
 - (B) a deficiência visual referida no enunciado restringe-se apenas à baixa visão.
 - (C) o direito narrado no enunciado aplica-se a todas as modalidades e jurisdições do serviço de transporte coletivo de passageiros, exceto em esfera internacional, ainda que com origem no território brasileiro.
 - (D) a deficiência visual referida no enunciado restringe-se à cegueira e à baixa visão.
 - (E) a deficiência visual referida no enunciado restringe-se apenas à cegueira.
-
14. A Resolução nº 401, do CNJ, dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão. Especificamente sobre as unidades de acessibilidade e inclusão:
- (A) em caráter excepcional e previamente justificado, admite-se que a unidade de acessibilidade e inclusão seja composta por servidor único.
 - (B) dentre as competências da unidade de acessibilidade e inclusão, está a de elaborar relatório semestral acerca das ações desenvolvidas para a promoção da acessibilidade e inclusão no órgão.
 - (C) a unidade de acessibilidade e inclusão deve, preferencialmente, ser subordinada diretamente à Presidência, à Secretaria-Geral, ou à Diretoria-Geral do órgão do Poder Judiciário.
 - (D) os(s) servidores(as) incumbidos(as) pela unidade de acessibilidade e inclusão desempenharão as suas atribuições de forma exclusiva, com prejuízo das atribuições de seus respectivos cargos.
 - (E) a unidade de acessibilidade e inclusão deve possuir caráter provisório e destina-se a assessorar o planejamento, a implementação e o monitoramento de ações que visem ao cumprimento da Resolução 401/CNJ.

Inteligência Artificial e Inovação

15. Durante a implantação de sistemas de inteligência artificial em apoio à tramitação processual, a equipe de inovação tecnológica do Poder Judiciário é orientada a observar os princípios estabelecidos pela Resolução CNJ nº 332/2020. Nessa perspectiva, o uso de sistemas de IA no âmbito judicial deve ser conduzido de modo que
- (A) promova o uso de algoritmos com desempenho eficiente, ainda que desprovido de mecanismos nativos de interpretação de resultados pelos usuários.
 - (B) restrinja o desenvolvimento de soluções próprias em favor da adoção de tecnologias consolidadas no setor privado, com foco na padronização externa.
 - (C) favoreça soluções com alto grau de autonomia operacional, mesmo que a supervisão humana se restrinja a fases finais do processo.
 - (D) adote sistemas com foco na automação de decisões técnicas, reduzindo a necessidade de validação constante por profissionais do direito.
 - (E) garanta a transparência dos procedimentos e preserve os direitos fundamentais dos jurisdicionados.
-
16. Durante a elaboração de uma nova solução para triagem de processos no Poder Judiciário, a equipe de inovação propõe o uso de um modelo de linguagem de larga escala, capaz de interpretar textos jurídicos extensos, gerar resumos automáticos e classificar informações para facilitar a decisão humana. Com base nos conceitos de inteligência artificial (IA) e considerando o papel de diferentes sistemas, essa proposta caracteriza o uso de
- (A) um modelo de linguagem de larga escala, especializado em processamento e compreensão de linguagem natural.
 - (B) um agente de IA voltado à mediação de tarefas cognitivas, com ênfase em respostas interativas e execução de comandos baseados em linguagem natural.
 - (C) um sistema baseado em regras fixas, capaz de extrair trechos padronizados de documentos, mas com capacidade contextual de interpretação ou síntese textual limitada.
 - (D) um sistema de IA generativa treinado para sintetizar textos a partir de conteúdos jurídicos, com foco em apoio à tomada de decisão e ausência de geração autônoma de novos dados.
 - (E) uma arquitetura de IA especializada em rotinas de classificação binária, estruturada com base em regras de decisão previamente parametrizadas.



17. Durante a implantação de um laboratório de inovação no âmbito do Poder Judiciário, uma equipe foi encarregada de estruturar um projeto para o redesenho de serviços de atendimento ao público. Para estimular a geração de soluções centradas no usuário, foi decidido adotar uma abordagem metodológica fundamentada na colaboração multidisciplinar, no entendimento empático dos usuários e na prototipagem rápida de soluções. Considerando os conceitos de redes de inovação, laboratórios de inovação e metodologias aplicáveis, essa abordagem corresponde à utilização prática do princípio de
- (A) redes de inovação organizadas em torno de estruturas colaborativas com foco em articulações interinstitucionais para disseminação de conhecimento técnico.
 - (B) práticas de pesquisa aplicada, voltadas à exploração técnica de processos e fluxos de trabalho, com ênfase na modelagem documental e análise funcional.
 - (C) desenvolvimento incremental, com foco na melhoria contínua de sistemas existentes por meio de ciclos de validação interna.
 - (D) *design thinking*, promovendo a identificação de necessidades reais e o desenvolvimento iterativo de soluções.
 - (E) inovação aberta, priorizando a incorporação de experiências externas para a proposição de soluções a partir da realidade institucional.

Sustentabilidade e Meio Ambiente

18. A Agenda 2030 da ONU é um plano global para se alcançar, em 2030, um mundo melhor para todos os povos e nações. A Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em Nova York, em setembro de 2015, com a participação de 193 estados membros, estabeleceu 17 objetivos de desenvolvimento sustentável. A esse respeito, o
- (A) ODS 1 foca exclusivamente na erradicação da fome e na segurança alimentar, não abordando outras dimensões da pobreza como acesso a serviços básicos ou proteção social.
 - (B) ODS 6, sobre água e saneamento, limita-se a estabelecer metas para o acesso à água potável e saneamento básico em áreas urbanas, não se aplicando às áreas rurais.
 - (C) ODS 5, sobre igualdade de gênero, aborda exclusivamente o combate à violência física contra mulheres, não contemplando aspectos como participação política, empoderamento econômico ou discriminação no ambiente de trabalho.
 - (D) ODS 13, referente às mudanças climáticas, estabelece metas apenas para países industrializados, isentando países em desenvolvimento de compromissos com a redução de emissões de gases de efeito estufa.
 - (E) ODS 4 propõe assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas as pessoas, com metas específicas para ampliar o acesso à educação em todos os níveis.
19. Em 2024, o Rio Grande do Sul enfrentou uma emergência climática sem precedentes, evidenciando os impactos devastadores da mudança climática em nível local e global. Diante desse cenário alarmante, torna-se imperativo que o Brasil intensifique seus esforços para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas. Nesse contexto, a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei nº 12.187/2009, estabelece diretrizes fundamentais para a ação governamental e a mobilização da sociedade em busca de um desenvolvimento sustentável e resiliente, sendo que a referida lei estabelece que
- (A) todos têm o dever de atuar, em benefício das presentes e futuras gerações, para a redução dos impactos decorrentes das interferências antrópicas sobre o sistema climático.
 - (B) a participação da sociedade civil no desenvolvimento e implementação da PNMC é restrita aos especialistas acadêmicos, não sendo permitida a contribuição de outros setores da sociedade.
 - (C) as empresas de pequeno porte estão isentas de adotar medidas de redução de emissões de gases de efeito estufa, sendo estas obrigações aplicáveis apenas às grandes corporações.
 - (D) o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), previsto na lei, é o único instrumento econômico disponível para a implementação da PNMC, não sendo permitida a utilização de outros mecanismos financeiros.
 - (E) os princípios da precaução e da prevenção não se aplicam à PNMC, que adota exclusivamente o princípio do poluidor-pagador como base para suas ações.
20. O artigo 225 da Constituição da República consagra, em seu texto, o princípio do desenvolvimento sustentável e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público
- (A) preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País, vedando-se toda a forma de manipulação de material genético.
 - (B) proteger exclusivamente a fauna e a flora nativas, sendo vedadas práticas que coloquem em risco sua função ecológica.
 - (C) exigir estudo prévio de impacto ambiental para toda instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de degradação do meio ambiente.
 - (D) preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
 - (E) definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de emenda à Constituição.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Civil**

21. Analise as proposições abaixo, acerca da posse:

- I. Se mais de uma pessoa se disser possuidora, será mantida provisoriamente a que tiver a coisa, salvo se manifesto que a obteve da outra por meio vicioso.
- II. A posse de imóvel não faz presumir a dos móveis que nele estiverem.
- III. O sucessor universal continua de direito a posse do seu antecessor.
- IV. É defeso ao possuidor direto defender sua posse contra o indireto.

De acordo com o Código Civil, é correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) I e II.
- (E) II e IV.

22. A usucapião é forma de aquisição

- (A) derivada, e a sentença que a julga possui natureza declaratória.
- (B) derivada, concretizando-se com o registro da sentença no Cartório de Registro de Imóveis.
- (C) originária, e a sentença que a julga possui natureza declaratória.
- (D) derivada, e a sentença que a julga possui natureza constitutiva.
- (E) originária, e a sentença que a julga possui natureza constitutiva.

23. De acordo com o Código Civil, o direito às sucessão aberta, às energias que tenham valor econômico e aos materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem, são considerados, respectivamente,

- (A) imóveis, móveis e imóveis.
- (B) imóveis, móveis e móveis.
- (C) imóveis, imóveis e móveis.
- (D) móveis, móveis e imóveis.
- (E) móveis, imóveis e imóveis.

Direito Processual Civil

24. No exercício das suas funções, determinado Oficial de Justiça, incorrendo em culpa, praticou ato nulo, causando dano às partes. Nesse caso, de acordo com o Código de Processo Civil, o Oficial de Justiça

- (A) poderá ser civilmente responsabilizado pelos danos causados apenas em ação promovida diretamente contra si pelas partes lesadas, não se admitindo sua responsabilização regressiva em caso de condenação do Estado por conta do ato por ele praticado.
- (B) será responsável, civil e regressivamente, pelos danos causados.
- (C) não poderá ser civilmente responsabilizado pelos danos causados, nem mesmo regressivamente, pois responde apenas em caso de dolo.
- (D) não poderá ser civilmente responsabilizado pelos danos causados pelo ato nulo, pois sua responsabilidade está limitada aos casos em que, sem justo motivo, se recusar a cumprir no prazo os atos impostos pela lei ou pelo juiz a que está subordinado.
- (E) não poderá ser civilmente responsabilizado pelos danos causados se o ato nulo comportar repetição, ou se a nulidade tiver sido pronunciada de ofício.

25. A Súmula nº 111 do Superior Tribunal de Justiça, com a redação modificada em sessão realizada em 27/09/2006, dispõe que "*os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre as prestações vencidas após a sentença*". De acordo com a tese firmada por esse mesmo Tribunal no julgamento de tema repetitivo, a referida súmula

- (A) é aplicável apenas se a sentença tiver sido proferida na vigência do Código de Processo Civil de 1973, ainda que o trânsito em julgado tenha ocorrido na vigência do Código de Processo Civil de 2015.
- (B) é aplicável apenas se a sentença tiver transitado em julgado na vigência do Código de Processo Civil de 1973.
- (C) continua eficaz e aplicável mesmo após a vigência do Código de Processo Civil de 2015.
- (D) é aplicável somente se o processo tiver sido iniciado na vigência do Código de Processo Civil de 1973.
- (E) não é mais aplicável na vigência do Código de Processo Civil de 2015.



26. Em ação promovida contra a União, o pedido foi julgado improcedente. Contra a sentença, o autor interpôs recurso de apelação. Detectando a irregularidade da representação processual do autor, por vício do substabelecimento outorgado depois da prolação da sentença ao advogado subscritor do recurso, o relator determinou ao apelante a correção do vício em cinco dias. Contudo, a determinação não foi cumprida no prazo assinalado, pois o novo substabelecimento juntado continha o mesmo vício do anterior. Nesse caso, de acordo com o Código de Processo Civil, o relator
- (A) concederá ao apelante o prazo derradeiro de 48 (quarenta e oito horas) para regularização do vício, sob pena de não conhecimento do recurso, extinção do processo e aplicação e multa de até 5 salários mínimos ao advogado.
 - (B) decretará a revelia do apelante.
 - (C) decretará a extinção do processo sem resolução do mérito.
 - (D) não conhecerá do recurso.
 - (E) determinará o retorno do processo à instância originária, para que o respectivo juízo determine a intimação pessoal do autor para regularizar a representação processual, sob pena de extinção do processo.
-
27. Em determinado processo, o juiz de primeiro grau negou o benefício da gratuidade da justiça ao autor. Porém, essa decisão foi revertida no julgamento de agravo de instrumento, concedendo-se ao autor o benefício postulado, que não foi objeto de impugnação pelo réu. Ao proferir sentença, o juiz julgou totalmente improcedente o pedido formulado pelo autor. Nesse caso, de acordo com o Código de Processo Civil, a concessão da gratuidade ao autor
- (A) não afasta a sua responsabilidade pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.
 - (B) afasta sua responsabilidade pelas despesas processuais e honorários advocatícios, mas não pelas custas.
 - (C) afasta sua responsabilidade pelos honorários advocatícios, mas não pelas custas e despesas processuais.
 - (D) afasta sua responsabilidade pelas custas e despesas processuais, mas não pelo pagamento de honorários advocatícios.
 - (E) afasta sua responsabilidade pelas custas, despesas processuais e honorários advocatícios.
-

Direito Constitucional

Atenção: Para responder às questões de números 28 a 30, considere a Constituição Federal de 1988.

28. Aos juízes federais compete processar e julgar
- (A) as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União, inclusive as contravenções.
 - (B) as causas referentes à nacionalidade, exceto a respectiva opção, e à naturalização, bem como os *habeas data* contra ato de qualquer autoridade federal.
 - (C) os mandados de segurança contra ato de qualquer autoridade federal e as revisões criminais dos seus julgados.
 - (D) os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente.
 - (E) os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, a concessão de exequátur às cartas rogatórias e a execução de sentença estrangeira por eles homologadas.
-
29. Martinico trabalhou em uma empresa privada durante anos e, já aposentado, continua filiado ao sindicato de sua categoria. Ambriel, que foi seu colega de trabalho durante dez anos e é filiado ao mesmo sindicato, foi dispensado da empresa que trabalhava um mês depois de registrar sua candidatura a cargo de representação sindical. Com base apenas nas informações fornecidas, Martinico
- (A) não tem direito a votar nem ser votado nas organizações sindicais, e a dispensa de Ambriel não deve prevalecer, pois é vedada a dispensa a partir do registro da sua candidatura e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
 - (B) não tem direito a votar nem ser votado nas organizações sindicais, e a dispensa de Ambriel deve prevalecer, pois o simples registro da candidatura não gera qualquer estabilidade, sendo vedada a dispensa apenas se eleito, ainda que suplente, até um ano após final do mandato.
 - (C) tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais, e a demissão de Ambriel deve prevalecer, pois o simples registro da candidatura não gera qualquer estabilidade, sendo vedada a dispensa apenas se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato.
 - (D) tem direito a votar, mas não de ser votado nas organizações sindicais, e a demissão de Ambriel não deve prevalecer, pois é vedada a dispensa a partir do registro da sua candidatura e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
 - (E) tem direito a votar e ser votado nas organizações, e a demissão de Ambriel não deve prevalecer, pois é vedada a dispensa a partir do registro da sua candidatura e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
-



30. Na situação hipotética de ser admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, pela prática de ato contra a segurança interna do País, será ele submetido a julgamento perante o
- (A) Congresso Nacional, ficando suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo Congresso Nacional, e, se decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o seu afastamento e o processo será arquivado.
 - (B) Senado Federal, ficando suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo Senado Federal até a conclusão de seu julgamento, independentemente de quanto demorar para que ocorra essa conclusão.
 - (C) Supremo Tribunal Federal, ficando suspenso de suas funções se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal, e, se decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o seu afastamento, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.
 - (D) Senado Federal, ficando suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo Senado Federal, e, se decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o seu afastamento, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.
 - (E) Supremo Tribunal Federal, ficando suspenso de suas funções se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal, e, se decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o seu afastamento e o processo será arquivado.

Direito Administrativo

31. A respeito do controle da Administração Pública, a Constituição Federal de 1988 preceitua que
- (A) o controle interno é atribuição exclusiva do Poder Executivo, que o exercerá com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
 - (B) o controle externo da atividade policial é exercido pelo Estado-Maior das Forças Armadas.
 - (C) é vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
 - (D) o controle externo, a cargo do Tribunal de Contas da União, será exercido com o auxílio do Congresso Nacional.
 - (E) os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.
-
32. Sobre o instituto da desapropriação, à luz da legislação brasileira:
- (A) Visto que a propriedade do solo abrange o subsolo correspondente, deve haver desapropriação do subsolo, ainda que não haja prejuízo ao exercício do direito de propriedade do solo.
 - (B) A declaração de utilidade pública para fins de desapropriação tem prazo de validade de 5 anos para imóveis urbanos e rurais, após o que ocorre a caducidade do ato declaratório.
 - (C) Será exigida autorização legislativa para a desapropriação dos bens de domínio da União pelos Estados e Municípios e dos bens dos Estados pelos Municípios.
 - (D) Considera-se como caso de utilidade pública a desapropriação para proteção do solo e a preservação de cursos e mananciais de água e de reservas florestais.
 - (E) Comprovada a inviabilidade ou a perda objetiva de interesse público em manter a destinação do bem prevista no decreto expropriatório, o expropriante deverá devolver o bem ao expropriado, acompanhado de perdas e danos.
-
33. Mário Barnabé, servidor público federal titular de cargo efetivo, foi eleito presidente do Sindicato da categoria. Sua esposa, Joana Barnabé, também é servidora pública federal titular de cargo efetivo, classificada no mesmo órgão de exercício de Mário. Nos termos da Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União),
- (A) ele não poderá ser removido ou redistribuído de ofício para localidade diversa daquela onde exerce o mandato.
 - (B) sua esposa terá direito à licença por motivo de afastamento de cônjuge, caso a assunção do mandato o obrigue a deslocar-se para localidade distinta da sede de exercício.
 - (C) o tempo de desempenho do mandato classista não será considerado para fins de promoção por antiguidade.
 - (D) sua esposa será colocada em licenciamento compulsório, de modo a prevenir eventual conflito de interesses decorrente do exercício do mandato.
 - (E) será concedida ajuda de custo, caso a assunção do mandato o obrigue a deslocar-se para localidade distinta da sede de exercício.

**Direito Penal**

34. Considere as seguintes situações hipotéticas:

- I. Patrick, primário, com 20 anos de idade, cometeu um crime de roubo em 12 de abril de 2019. Denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal recebida em 18 de julho de 2019. Sentença publicada em 30 de setembro de 2023, que o condenou a cumprir pena de 04 anos de reclusão e 10 dias-multa.
- II. Moisés, primário, cometeu um crime de furto qualificado em 10 de outubro de 2019. Denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal recebida em 11 de novembro de 2023. Sentença publicada em 20 de junho de 2025, que o condenou a cumprir pena de 02 anos de reclusão e 10 dias-multa. Na data da sentença, Moisés tinha 72 anos de idade.
- III. Ronald, tecnicamente primário, com 38 anos de idade, cometeu crime de falsidade ideológica em 02 de setembro de 2021. A denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal foi recebida em 02 de fevereiro de 2022. Sentença publicada em 20 de maio de 2025, que o condenou a cumprir pena de 01 ano de reclusão e 10 dias-multa.

Nos termos preconizados pelo Código Penal, com base nas penas aplicadas para cada um dos casos acima apresentados, e operado o trânsito em julgado, o prazo prescricional está consumado, devendo o Magistrado competente extinguir a punibilidade de:

- (A) Patrick e Moisés, apenas.
- (B) Patrick, apenas.
- (C) Moisés e Ronald, apenas.
- (D) Patrick e Ronald, apenas.
- (E) Moisés, apenas.

35. Marcelo foi preso em flagrante por crime de roubo praticado em comparsaria e com emprego de arma de fogo contra uma agência do Banco Caixa Econômica Federal, onde após dois agentes de segurança serem rendidos, os roubadores subtraíram a quantia total de R\$ 50.000,00. Os seus comparsas fugiram com o dinheiro roubado. Durante o trâmite do Inquérito Policial, Marcelo voluntariamente repara o dano causado à instituição financeira antes do recebimento da denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal. Neste caso, a reparação do dano realizada por Marcelo

- (A) caracteriza o instituto do arrependimento posterior e ensejará a redução da pena final, no caso de condenação, de um sexto até a metade.
- (B) caracteriza o instituto do arrependimento eficaz e ensejará a redução da pena final, no caso de condenação, de até um terço.
- (C) não ensejará qualquer benefício a Marcelo.
- (D) caracteriza o instituto do arrependimento posterior e ensejará a redução da pena final, no caso de condenação, de um a dois terços.
- (E) é uma circunstância que atenuará a sua pena final no caso de condenação.

36. Rogério, funcionário público federal, em determinado dia e horário, em uma única ocasião, aproveitando-se do momento em que três colegas que trabalham na mesma sala que ele em uma repartição Federal (Melissa, Maria e Fabiana) saem para uma reunião, abre as bolsas das referidas funcionárias e furta dinheiro e cartões bancários, colocando toda a *res furtiva* em uma bolsa, que leva consigo ao deixar o local de trabalho ao final do dia. No caso hipotético apresentado, Rogério deverá responder por três crimes de furto

- (A) em concurso formal perfeito, devendo ser aplicadas as penas de apenas um dos crimes, pois são idênticas, aumentadas de 1/6 a 2/3.
- (B) reconhecendo-se a figura do crime continuado, fixando-se as penas de apenas um dos crimes cometidos, pois são idênticas, aumentadas de um 1/6 até a metade.
- (C) reconhecendo-se a figura do crime continuado, com a fixação das penas de apenas um dos crimes cometidos, pois são idênticas, aumentadas de 1/6 a 2/3.
- (D) em concurso material, devendo as penas cominadas para cada um dos delitos ser somadas.
- (E) em concurso formal perfeito, devendo ser aplicadas as penas de apenas um dos crimes, pois são idênticas, aumentadas de um sexto até a metade.

**Direito Processual Penal**

37. Considere o seguinte caso hipotético: “José, membro do Ministério Público da União que atua perante um determinado Tribunal Regional Federal, é acusado de cometer crime de corrupção passiva, após solicitar vantagem indevida de uma das partes para apresentar parecer favorável durante sessão de julgamento”. José será processado e julgado pelo
- (A) Supremo Tribunal Federal.
 - (B) Juiz de uma das varas criminais da comarca onde ocorreu o delito.
 - (C) Tribunal Regional Federal onde atua.
 - (D) Superior Tribunal de Justiça.
 - (E) Tribunal de Justiça do Estado onde cometeu o delito.
-
38. Marilda está sendo investigada por crime de fraude em licitação promovida pela Caixa Econômica Federal. Apresentado o relatório pela Autoridade Policial, o membro do Ministério Público Federal competente ordena o arquivamento do inquérito policial, por não vislumbrar indícios de autoria suficientes para oferecimento da denúncia contra Marilda. Nesse caso hipotético, a empresa pública vítima
- (A) não concordando com o arquivamento, poderá, por meio da sua chefia, a quem couber a representação judicial, apresentar mandado de segurança perante o Tribunal Regional Federal competente.
 - (B) não concordando com o arquivamento, poderá, por meio da sua chefia, a quem couber a representação judicial, submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial, no prazo de 10 dias do recebimento da comunicação.
 - (C) não poderá submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial.
 - (D) não concordando com o arquivamento, poderá, por meio da sua chefia, a quem couber a representação judicial, submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial, no prazo de 30 dias do recebimento da comunicação.
 - (E) não concordando com o arquivamento, poderá, por meio da sua chefia, a quem couber a representação judicial, apresentar recurso em sentido estrito ao Tribunal Regional Federal competente, dentro do prazo legal.
-
39. Nos termos da legislação penal e processual penal em vigor, e na esteira da Constituição Federal de 1988, não compete, em regra, aos juízes federais processar e julgar
- (A) as infrações penais praticadas em detrimento de bens de sociedades de economia mista federal.
 - (B) as causas que envolverem grave violação de direitos humanos.
 - (C) os crimes cometidos a bordo de aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.
 - (D) os crimes contra a organização do trabalho.
 - (E) os crimes de ingresso irregular de estrangeiro.
-
40. Em uma situação hipotética, Francisco, doleiro conhecido na região do Litoral Norte de Santa Catarina, na região Metropolitana da Foz do Rio Itajaí, recebe e oculta R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões) de reais provenientes do tráfico de drogas praticado por Roberto, vulgo “Betinho”, que acaba morto em um confronto com a polícia, tendo a sua punibilidade extinta (artigo 107, I, do Código Penal). Para ocultar o dinheiro, Francisco converte uma parte em dólares, remetendo para o exterior, e com o restante compra dois imóveis e alguns carros. Na esteira da Lei nº 9.613/1998, que dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens,
- (A) o juiz poderá decretar a alienação antecipada de bens sob constrição, mediante sua prévia avaliação, seguindo-se a necessária homologação do valor e alienação em leilão ou pregão, por valor não inferior a 60% da avaliação.
 - (B) os recursos interpostos contra decisões proferidas pelo juiz que decretar medidas assecuratórias sobre bens, direitos e valores do investigado Francisco, produto ou proveito dos crimes de Lavagem de Dinheiro ou da infração penal antecedente, terão efeito suspensivo e devolutivo.
 - (C) os recursos decorrentes da alienação antecipada de bens, direitos e valores oriundos do crime de tráfico ilícito de drogas e que tenham sido objeto de dissimulação e ocultação nos termos da Lei nº 9.613/1998 por parte de Francisco permanecem submetidos à disciplina definida em lei específica.
 - (D) o processo e julgamento do crime praticado por Francisco deverá obedecer ao rito especial previsto na Lei nº 9.613/1998.
 - (E) a denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal deverá ser instruída com indícios suficientes da infração penal antecedente, mas o crime em tese praticado por Francisco não será punível diante da extinção da punibilidade de Roberto, autor da infração penal antecedente.

**Direito Tributário**

41. Segundo o Código Tributário Nacional, a obrigação tributária principal tem por conteúdo
- (A) tributo e penalidades pecuniárias.
 - (B) tributo e declaração de faturamento.
 - (C) tributo e o envio de declaração tributária.
 - (D) somente o tributo.
 - (E) tributo e escrituração de receitas e despesas.
-
42. Segundo texto da Emenda Constitucional 132/2023 (Reforma Tributária), ao prever que lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, previu, ainda, que o tributo instituído permite que
- (A) será objeto de concessão de incentivos e benefícios financeiros ou fiscais relativos ao imposto.
 - (B) incidirá sobre as exportações.
 - (C) será cumulativo, não permitindo compensação.
 - (D) será cobrado pelo somatório das alíquotas da União, dos Estados e do Distrito Federal de destino da operação.
 - (E) cada ente federativo fixe sua alíquota própria por lei específica.
-
43. Há causas que autorizam, conforme previsão expressa no Código Tributário Nacional, a suspensão da exigibilidade da obrigação tributária e, dentre essas, está
- (A) a revisão administrativa da dívida.
 - (B) a não localização do devedor.
 - (C) a falência do devedor.
 - (D) o parcelamento do crédito tributário.
 - (E) a hipossuficiência do devedor declarada judicialmente.
-
44. A norma tributária pode ser objeto de interpretação ou integração. Neste último caso, a finalidade é de
- (A) evitar a antinomia encontrada entre mais de uma norma, subsumindo o fato à previsão legal adequada.
 - (B) fazer prevalecer determinado princípio sobre outros, desde que não invalide a finalidade do comando legal.
 - (C) analisar previamente o fato, para após, interpretar a norma e solucionar a subsunção do fato à sua disposição.
 - (D) suprir lacuna, após trabalho de interpretação, solucionando a ausência de preceito que viabilize subsunção do fato à norma.
 - (E) atuar em caso de erro ou contradição apresentada pela norma legal.
-
45. Na definição do fato gerador de um tributo pode ocorrer a utilização de técnicas de presunção. Nesse caso, as presunções humanas são aquelas que
- (A) negam, conscientemente, a ocorrência de um fato real.
 - (B) constroem uma realidade jurídica diversa da fática.
 - (C) são utilizadas pelo legislador para atribuir característica ao fato que não são reais.
 - (D) com base em definição legal, concluem pela ocorrência de fato gerador.
 - (E) a partir de uma observação empírica, estabelecem determinado raciocínio.

Direito Previdenciário

46. A respeito do custeio da Seguridade Social e das áreas que a compõem,
- (A) as contribuições previdenciárias constituem a única fonte de custeio do Regime Geral de Previdência.
 - (B) o princípio contributivo impõe a adoção de alíquotas progressivas de acordo com o salário de contribuição.
 - (C) a assistência social é custeada exclusivamente por receitas decorrentes de impostos.
 - (D) a diversidade da base de financiamento incide nas áreas de saúde e assistência, mas não atinge a previdência.
 - (E) a saúde é financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes dos orçamentos dos entes federados e de contribuições sociais.



47. Cecília Meireles deixou o mercado de trabalho na década de noventa para cuidar dos filhos, que hoje contam trinta, vinte e sete e vinte anos de idade. Há três meses, contudo, foi regularmente contratada por uma tecelagem, onde trabalhou com afinco até o dia de hoje, em que faleceu vítima de um grave acidente automobilístico. Considerando que Cecília era casada há trinta e cinco anos e que o viúvo é aposentado do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, a segurada
- (A) legou pensão por morte apenas em benefício do viúvo e do filho de vinte anos.
 - (B) legou pensão por morte apenas em benefício do filho de vinte anos.
 - (C) não legou pensão por morte, pois não cumpriu a carência exigida em lei.
 - (D) legou pensão por morte em benefício do viúvo e dos três filhos.
 - (E) legou pensão por morte apenas em benefício do viúvo.
-
48. O regime de previdência complementar dos servidores públicos titulares de cargos efetivos da União apresenta, entre outras, a seguinte característica:
- (A) os participantes do regime de previdência complementar farão jus a um benefício especial, de caráter indenizatório, calculado com base nas contribuições vertidas ao sistema.
 - (B) somente mediante sua prévia e expressa opção, o servidor público que ingressou no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do regime de previdência complementar estará a este submetido.
 - (C) os servidores que ingressarem no serviço público federal deverão solicitar inscrição no regime de previdência complementar em sessenta dias, contados da data de sua nomeação.
 - (D) os benefícios previdenciários devidos pelo regime próprio de previdência aos servidores que optarem por participar do regime de previdência complementar serão limitados ao valor do teto constitucional.
 - (E) os participantes têm o direito de requerer, a qualquer tempo, o cancelamento de sua inscrição no regime de previdência complementar, quando farão jus à restituição integral das contribuições vertidas por eles e pelo patrocinador até o pedido de cancelamento.
-
49. Gregório de Matos iniciou sua vida laboral em uma fábrica de sapatos em que prestou serviços entre 1993 e 2003, quando foi aprovado em concurso público e assumiu cargo efetivo no Ministério da Previdência, o qual exerce até os dias de hoje. Tendo em vista apenas esses dados, com o intuito de obter aposentadoria, Gregório deverá solicitar ao
- (A) Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a aposentadoria com contagem da integralidade de seu período laboral, independentemente da emissão de certidão pelo regime instituidor.
 - (B) Regime Próprio de Previdência da União a aposentadoria com contagem da integralidade de seu período laboral, independentemente da emissão de certidão pelo regime de origem.
 - (C) Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a emissão de Certidão de Tempo de Contribuição para averbação no Regime Próprio de Previdência da União.
 - (D) Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a emissão de Certidão de Tempo de Contribuição para averbação no Regime Geral de Previdência Social.
 - (E) Regime Próprio de Previdência da União a emissão de Certidão de Tempo de Contribuição para averbação no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.
-
50. O legislador federal, com o intuito de estabelecer normas gerais em matéria previdenciária, editou a Lei nº 9.717/1998, que estabelece regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal. Com base nesse diploma, o Ministério da Previdência está autorizado a
- (A) obstar a emissão de Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) pelas unidades gestoras de regime próprio de previdência.
 - (B) suspender as transferências de recursos da União às unidades gestoras de regime próprio de previdência.
 - (C) fixar o rol de beneficiários dos regimes próprios de previdência social.
 - (D) estabelecer a idade mínima para a aposentadoria programada nos regimes próprios de previdência social.
 - (E) apurar infrações e aplicar penalidades aos dirigentes de unidades gestoras de regime próprio de previdência que não observarem as diretrizes previstas no diploma legal.

**PROVA DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, *Capítulo 11: item 11.1 A Prova Discursiva-Estudo de Caso constará de 01 (uma) questão prática, para a qual o candidato deverá apresentar, por escrito, as soluções. [...] 11.14 Na Prova Discursiva-Estudo de Caso, deverá ser rigorosamente observado o limite máximo de 20 (vinte) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos ao Estudo de Caso. [...] 11.15 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso pela Banca Examinadora. [...]*

QUESTÃO 1

Em cumprimento a mandado de citação para os termos de ação indenizatória, o Oficial de Justiça citou a parte enquanto participava de um culto religioso. Além disso, enquanto a citava, o Oficial de Justiça notou que a parte era mentalmente incapaz, mas, mesmo assim, praticou o ato. O processo prosseguiu, a parte foi declarada revel e condenada ao pagamento de indenização, que chegou ao conhecimento de seus representantes por ocasião do cumprimento de sentença.

Levando em consideração a situação posta, responda fundamentadamente às questões seguintes com base no Código de Processo Civil:

- Como deveria ter procedido o Oficial de Justiça ao notar que o citando estava em um culto religioso e era mentalmente incapaz de receber citação?
- Como os representantes do incapaz deverão proceder ao serem intimados para o cumprimento da sentença condenatória?
- Se comprovado que o incapaz sofreu dano em razão do ato, o Oficial de Justiça poderá vir a ser responsabilizado?

Observação: É necessário informar na sua resposta, obrigatoriamente, a letra do item correspondente.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

